vinetur

Comissão parlamentar marroquina aprova imposto especial de consumo de 30% sobre a cerveja na proposta de orçamento para 2027

A proposta prevê um imposto mínimo de 1.705 dirhams por hectolitro, antes de o Parlamento concluir a apreciação da medida

sábado, 14 de novembro de 2026



Marrocos deu mais um passo rumo a uma alteração da tributação da cerveja no âmbito da proposta de orçamento para 2027, depois de uma comissão parlamentar ter aprovado uma proposta que prevê a aplicação de um imposto especial de consumo ad valorem de 30% sobre a cerveja, com um valor mínimo de 1.705 dirhams por hectolitro.

A SNRT News noticiou que a Comissão das Finanças e do Desenvolvimento Económico da Câmara dos Representantes aprovou na quinta-feira, 12 de novembro, a primeira parte do projeto de lei das finanças n.º 60.26 para o exercício de 2027, depois de analisar 290 propostas de alteração, centradas sobretudo em medidas aduaneiras e fiscais. A medida foi aprovada por 23 votos contra 17.

A disposição relativa à cerveja integra uma revisão mais ampla do sistema marroquino de impostos sobre o consumo interno. Nos termos do projeto aprovado pela comissão, o vinho e a cerveja ficariam ambos sujeitos a um imposto de 30% sobre o valor, enquanto certas categorias de bebidas alcoólicas seriam tributadas à taxa de 50%. O projeto estabelece ainda valores mínimos de cobrança de 1.265 dirhams por hectolitro para o vinho, 1.705 dirhams por hectolitro para a cerveja e 33.150 dirhams por hectolitro de álcool puro.

A proposta é significativa porque alteraria a base de tributação da cerveja, e não apenas o montante cobrado. Caso a medida se torne lei, poderá afetar os preços de venda a retalho, as margens dos produtores e importadores e o planeamento comercial em todo o setor das bebidas. Para as cervejeiras, os distribuidores e os importadores, um imposto associado ao valor do produto pode também ter efeitos distintos nos vários segmentos de preço, incluindo nas marcas premium e importadas.

A votação na comissão não torna a medida definitiva. Foi aprovada apenas a primeira parte do projeto de lei das finanças, que ainda tem de concluir as restantes etapas do processo legislativo antes de poder entrar em vigor.

A SNRT News afirmou que as propostas de alteração visavam tanto aumentar as receitas do Estado como aliviar alguns encargos fiscais de determinados grupos profissionais e económicos. No caso das bebidas alcoólicas, o Governo pretende alargar e atualizar a tributação especial sobre o consumo no âmbito desse esforço mais amplo.

O mesmo projeto de lei inclui outras alterações fiscais relacionadas com as bebidas. Propõe a aplicação de um imposto sobre o consumo interno às bebidas e aos concentrados utilizados em dispensadores automáticos de restaurantes de fast food. Segundo a notícia, esses produtos são misturados com água filtrada e dióxido de carbono para produzir refrigerantes. O objetivo declarado é dar resposta a uma situação em que esses ingredientes têm sido utilizados na preparação de bebidas gaseificadas sem pagamento do imposto sobre o consumo interno, quer sobre os concentrados e as bebidas usados como matérias-primas, quer sobre os produtos acabados.

O projeto de lei alarga também a tributação especial sobre o consumo de cigarros eletrónicos, uma medida distinta que os legisladores apresentaram como parte dos esforços para alargar a base tributável. Nos termos da alteração citada pela SNRT News, o imposto abrangeria todas as categorias de cigarros eletrónicos, recarregáveis ou não, bem como os dispositivos, peças e componentes associados. O valor aumentaria de 50 para 100 dirhams por unidade dos produtos abrangidos.

Para além das bebidas, a comissão aprovou um pacote mais amplo de medidas fiscais e aduaneiras. Estas incluem uma alteração ao regime fiscal dos empresários em nome individual, elevando de 80.000 para 100.000 dirhams o limiar de volume de negócios anual a partir do qual se aplica a retenção na fonte e reduzindo a taxa de retenção de 30% para 20%. O projeto prevê também aumentar de 35% para 40% a taxa do imposto sobre as sociedades aplicável às empresas que importam ou distribuem produtos hidrocarbonetos e que apresentem lucros líquidos anuais iguais ou superiores a 100 milhões de dirhams.

A proposta de orçamento prevê ainda a revisão dos direitos de selo aplicáveis à primeira matrícula de automóveis de luxo, com taxas progressivas de 5%, 12%, 18% e 25%, consoante o valor do veículo. A SNRT News indicou que o impacto financeiro esperado dessa medida é de 1.045 mil milhões de dirhams.

No comércio e nas importações, o projeto prevê a introdução de um pagamento por conta de 5%, calculado com base no valor aduaneiro das mercadorias importadas para revenda por novos comerciantes ou por comerciantes cuja situação fiscal não esteja

regularizada.

Os trabalhos da comissão abrangeram também as importações de produtos alimentares e a política económica em sentido mais amplo. O projeto inclui isenções de direitos aduaneiros, impostos e outros encargos para certas categorias de animais vivos, carne e miudezas, uma medida relacionada com a pressão sobre o efetivo pecuário nacional após vários anos de seca e com o impacto na produção interna de carne vermelha. Inclui também isenções aduaneiras temporárias para as importações efetuadas pela FIFA, por entidades a ela afiliadas ou em seu nome, no âmbito do Campeonato do Mundo de 2030, abrangendo o período de 1 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032.

Para o setor das bebidas, porém, é provável que as alterações propostas aos impostos especiais de consumo sobre a cerveja, o vinho e outras bebidas alcoólicas sejam as que suscitem maior atenção. O projeto indica que as autoridades marroquinas não pretendem apenas aumentar as receitas, mas também reformular o cálculo do imposto especial de consumo aplicável a alguns produtos. Se for aprovada na sua forma atual, a nova tributação da cerveja passará a ser um fator importante nas decisões de preços, na estratégia de portefólio e no planeamento do abastecimento das empresas que operam no mercado.

A SNRT News noticiou que a comissão também suprimiu uma disposição do projeto inicial, retirando a proposta de isenção do imposto sobre o valor acrescentado aplicável à venda de areia. No entanto, o pacote fiscal central aprovado na quinta-feira, 12 de novembro, mostra que o debate sobre o orçamento para 2027 se centra numa ampla revisão das medidas fiscais em vários setores, incluindo o das bebidas alcoólicas e outras bebidas.

Por enquanto, a medida relativa à cerveja continua a ser uma proposta integrada no projeto de lei das finanças. Mas, com a aprovação da comissão, passou de uma ideia preliminar a uma etapa formal do plano fiscal de Marrocos para 2027.